Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social.
Nº19. Año 10. Abril – Septiembre 2020. Argentina. ISSN 1853-6190. Pp. 25 -39.

Escalas, unidades de análise e a prerrogativa do objeto

Scales, analysis units and the object prerogative

Jaime Santos Junior

Resumo

Ao apresentar a arquitetura metodológica de uma pesquisa sobre identidades no contexto do trabalho sazonal da cana de açúcar como pano de fundo para uma reflexão sobre escalas e unidades de análise, pretende-se arguir sobre a impertinência da eleição prévia de instâncias de observação privilegiadas. O passo a passo da construção das estratégias de pesquisa no caso que serve de exemplo ilustra as implicações epistemológicas de certas opções metodológicas e as consequências dela decorrente. Ao invés de um manual de pesquisa, a prescrever protocolos a serem seguidos, tem-se aqui o *making-of* dos métodos e ferramentas empregadas.

Palavras chave: trabalho; indústria canavieira; metodologia; identidades; pesquisa social.

Abstract

In presenting the methodological architecture of a research which aims to explain how identities are built in the context of sugarcane seasonal work, it serves as a background for a reflection on scales and analysis units. Our propose is to argue about the impertinence of the prior election of privileged observation instances. We follow closely the development of research strategies in order to illustrate the epistemological implications of certain methodological choices and their consequences. Instead of a research manual, prescribing protocols to be followed, we have here the making-of the methods and tools used.

Keywords: work; sugarcane industry; methodology; identities; social research.

Implicações metodológicas

O que apresento a seguir é fruto de uma pesquisa realizada com trabalhadores que atuam no corte de cana de açúcar e cujo objetivo era compreender, a partir das imagens associadas a esse tipo de trabalho, o modo como se estabelecem os engajamentos e fraturas nas estratégias de ação dos indivíduos. O suposto é o de que os processos constitutivos de identidades deixam entrever os pequenos, mas subjetivamente importantes, agenciamentos feitos pelos indivíduos em suas decisões ordinárias. Aqui jaz a trama das resistências e da aparente aquiescência frente a um contexto fortemente associado ao signo do "precário". Mas, como se sabe, identidades não se deixam flagrar à primeira vista. Neste texto, exponho os procedimentos metodológicos e as estratégias de pesquisa utilizadas como forma de arguir sobre as implicações epistemológicas contidas em alguns postulados teóricos.

Não se quer com isso tomar partido da fertilidade analítica de determinada abordagem, seja ela de natureza quantitativa ou qualitativa, mas, unir-me aqueles para os quais essa binaridade representa uma falsa oposição. Para tanto, o exemplo que recorro servirá para ilustrar, num caso concreto de pesquisa, a maneira como o problema da escala e dos pressupostos epistemológicos se apresentam. Antes, e como forma de abrir e encaminhar a discussão, convém recuperar alguns desses pressupostos.

Sabemos que o desenvolvimento ulterior de variadas correntes teóricas no século XX fez trincheira em uma oposição construída em torno das formas de abordagem e explicação de mecanismos causais em processos sociais. Esses constructos analíticos reivindicaram, ao seu modo, a primazia de escalas de observação que ora privilegiam os microfundamentos, ora põem luz nas "estruturas", tidas como instâncias privilegiadas de observação social. Nesse jogo, para uns, não há porque observar o "comum", o ordinário, tidos como sendo epifenômenos de estruturas maiores, os grandes moldes que organizam a vida social.[1] Não com menor ênfase, os que se opuseram a esse entendimento conclamaram que o cotidiano não era o decalque dessas estruturas, ou melhor, que era possível reconstruir o contexto a partir do singular.[2] Poderíamos, a partir desse balizamento, recompor os matizes do pensamento sociológico ordenando-os em um ou outro desses polos, não sem deixar algum espaço para hibridismos. Mas não será esse o meu objetivo neste texto. Ao invés, opto por recolocar as implicações desse longo debate à luz de uma pesquisa sobre identidades de trabalho. Vale dizer, o propósito que doravante guiar-nos-á é o de apresentar os arranjos e impasses no desenho metodológico de uma pesquisa que garimpava os aspectos recônditos das falas e das relações sociais que deixam entrever as imagens associadas ao trabalho na colheita da cana de açúcar. Será esse o mote para, mais ao fundo, recuperarmos algumas das implicações teórico-metodológicas relacionadas com as escalas de observação.

Se a pesquisa era assumidamente de natureza microssociológica em razão do objeto investigado, por tratar de percepções e experiências, não parecia evidente quais eram os recursos metodológicos que poderiam ser empregados para trazer à tona tais elementos. E isso decorre não apenas por conta do emprego de determinados métodos, mas, sobretudo, dos pressupostos epistemológicos que cercam e dão sustentação aos mesmos. Assim, a questão das escalas de observação extrapola o âmbito das modalidades em que é possível estabelecermos diferentes formalizações causais e adentra no terreno pantanoso dos pressupostos científicos de cada modelo teórico. Outra fronteira que nos cerca neste texto.

Quando avançamos um pouco mais nesse quesito, nota-se que arquiteturas teóricas costumam apresentar certa autonomia em face do nível mais imediato da realidade empírica que a sustenta. Mas aqui jaz um perigo, seja a tentação da empiria, onde o modelo de indução lógica é o suporte principal para os pressupostos teóricos, ou, no sentido inverso, a relativa autonomia do nível de generalização teórica que se abstém do empírico e passa mesmo a explica-lo por dedução. O hermetismo de ambas as posições fez fileira, por exemplo, no longo debate entre estruturalistas e pós-estruturalistas na teoria social contemporânea.[3]

---

[1] Ver, por exemplo, Levi-Strauss (1974), Marcuse and Kellner (1991), Mészáros (2000).
[2] Poderíamos citar Lefebvre (2008), Levi (1991), Thompson (1998), entre outros.
[3] Ver, por exemplo, Giddens (1999)

Alexander (1982) mostra-se contrário a essa bifurcação reivindicando a contiguidade entre os dois níveis de formulação. A contingência de fenômenos singulares não impede generalizações ao nível mais abstrato. Contudo, este também informa o modo como devemos observar a realidade. Enquanto elementos dos níveis mais baixos trazem novas informações sobre a realidade observada elas ainda representam especificações de pressupostos mais gerais. "Deve-se enfatizar, então, que, embora a assimetria do *continuum* científico tenha implicações importantes, esta hierarquia intelectual não é, para a ciência, uma hierarquia de importância relativa, nem implica prioridade temporal para a alocação da atividade científica" (Alexander, 1982: 4). Tradução feita pelo autor). Encontramos a sugestão de que parece mais seguro pensarmos em termos de uma relativa autonomia de ambos os polos. Não se trata, portanto, de afirmar, através de microteorizações, o caráter contingente da ordem social contra o pano de fundo dos defensores da macroteorização que sustentam o papel determinante das estruturas coercitivas sobre a conduta individual. O desafio estaria em rearticular ambas as posições.

Ao seu modo, Giddens (1979) aponta para o que ele chama de "dupla hermenêutica" que rege a análise social, ou seja, a interpretação da realidade tem o poder de entrar na vida social, retornar, e afetar as próprias definições dos intérpretes. Nesse sentido, todo discurso científico é também ideológico. O que não retira a importância da explicação, mas revela nuances da morfologia do debate teórico nas ciências sociais. O alcance das conclusões, mais das vezes, é parte de uma querela discursiva e não necessariamente explicativa.

Nos anos 1960, a teoria social esteve as voltas com hibridismos e dualidades presentes nas abordagens. Em artigo seminal, Dawe (1970) nos fala de duas sociologias: a que deriva do aclamado "problema da ordem" e a que tem como premissa o "problema do controle". A primeira está às voltas com a questão da externalidade e do constrangimento implícitos no argumento hobbesiano. A sociedade e as instituições representam os freios necessários para os impulsos disruptivos da conduta humana. Ainda de acordo com essa perspectiva, os significados subjetivos derivam do sistema de valores centrais e são, por essa razão, externos a situação do ator. Assim, o problema da ordem só pode ser resolvido ao se conceber o ator como reflexo do sistema social e os significados como reflexo do sistema cultural (Dawe 1970). Aqui, socialização pode ser lida como internalização. Tudo que precisa ser explicado é o processo de internalização. O elemento crítico dessa perspectiva é a subsunção da *agência* dos indivíduos. Ainda segundo ele, uma linguagem sociológica que não possa estar reconciliada com a perspectiva do sistema social sem perder o seu significado deve, então, derivá-lo de alguma outra fonte. Trata-se de outra leitura sobre os significados do iluminismo assentada na luta humana para obter controle sobre a sua própria vida e sobre as instituições. Estas passam a ser vistas como produtos da ação humana. A ação significa a incessante tentativa de obter controle sobre o contexto. Eis que surge o "problema do controle". Controlar uma situação é impor significado sobre ela agindo sobre ela.

Assim parece que o hermetismo das oposições encerra o debate sem que seja possível estabelecermos uma ponte que as una. Não se trata de estabelecer *ex-ante* a primazia de escalas de observação. Opor metodologias é, nos termos aqui sugeridos, um falso debate. Sim, porque, por exemplo, mesmo *surveys*, que recorre ao controle probabilístico da amostra, questionários estruturados e com formas de aplicação bastante rigorosa, abrem caminho para investimentos de natureza qualitativa, que requerem outros procedimentos metodológicos. Portanto, e como sugere Gribaudi (1998), em análises de tipo macro, não raro, a fonte qualitativa pode servir para ilustrar a proposição geral, mas não se constitui como prova; pode apenas acrescentar um efeito de realidade a um retrato que, em suas linhas de fundo, é definido apenas pelos dados quantitativos. O que não significa dizer que esses modelos sejam falsos, mas que o nível de prova da abordagem macroanalítica se baseia menos nos objetos empíricos do que nos modelos de processos que a informam.

O alcance teórico de proposições, portanto, não se prende à possibilidade de generalização dos dados, mas a consistência dos procedimentos metodológicos adotados que, em sua especificidade, conferem robustez a análise. Os postulados são pontos de partida e não pontos de chegada. O artesanato intelectual, do qual nos fala Mills (1980), opera na margem dessa sensibilidade do pesquisador que aconselha a seguir aperfeiçoando o(s) método(s) a partir da realidade que pretende investigar. Essa modelagem dá musculatura para as conclusões a que se

possam chegar. Essas também foram questões de fundo presentes na discussão metodológica da pesquisa que trago para fomentar o debate. É o que veremos a seguir.

2. A arquitetura da pesquisa e os dilemas do objeto investigado

De longa presença na história do Brasil, o desenvolvimento mais recente da lavoura de cana-de-açúcar encontra-se fortemente concentrado na região Centro-Sul, notadamente no estado de São Paulo, maior produtor nacional. A cadeia produtiva da cana e seus derivados (álcool, biodiesel e energia elétrica, como os principais) estendem-se também pelas regiões Centro-Oeste e Nordeste e nutrem-se, entre outros aspectos, da somatória de safras que se sucedem entre as regiões produtoras. Em termos de volume de produção, o Brasil é hoje o maior produtor mundial e o setor emprega mais de 5 milhões de trabalhadores.

No entanto, a imagem do trabalho precário associado à atividade de corte da cana, por ocasião da colheita, e que movimenta o maior volume de mão-de-obra, já possui longa data. Recordemos que essa era uma atividade relegada ao trabalho escravo e que, apesar dos avanços em termos de proteção do trabalhador, segue registrando mortes por exaustão, mutilações e outras anomalias clínicas nos cortadores de cana. Farta literatura tem demonstrado, ao analisar as relações de trabalho e os processos de produção no campo, o aumento da intensidade do trabalho e, com isso, a situação degradante em que se encontram os trabalhadores (Alves, 2008; Novaes, 2007). Conquanto tenha havido um aumento da mecanização da colheita, o corte manual da cana ainda emprega um volume considerável de mão-de-obra, especialmente nas regiões onde as máquinas ainda não conseguem entrar.

Outro aspecto peculiar ao mercado de trabalho do setor é o fato de que ele se alimenta das migrações sazonais de trabalhadores que, dada a existência de duas safras por ano, buscam maximizar as suas oportunidades ocupacionais numa luta incessante para manter-se empregado. Em tal contexto, os vínculos são feitos e, espera-se, refeitos a cada safra. Ora, não precisamos ir muito longe para perceber que as imagens associadas a um tipo de trabalho executado a céu aberto, sujeito as intempéries do tempo, que demanda enorme compleição física dos indivíduos e que, com frequência, mutila os que nela se ocupam, não sejam positivas. A simples menção a essa atividade já suscita o signo da precariedade, espécie de antessala para qualquer narrativa que se atenha ao contexto do corte de cana. Não é, pois, por acaso, a grande concentração de estudos sobre as formas de exploração do trabalho e que me levam a uma segunda ordem de questões. Elas possuem uma matriz comum que descende da imagem com que por vezes são representados os indivíduos em situações "precárias" de trabalho. Desconfio de interpretações que os tomam como assujeitados a forças irresistíveis, que lhes delegam um papel de meros espectadores na história. Por via de consequência, suas ações são meros epifenômenos que apenas refletem, no limite, a reprodução da sua condição social.

Como já mencionei, a gramática mobilizada por essa perspectiva torna central a compreensão do que se entende por "precarização", "reestruturação produtiva", "flexibilização" – apenas para citar as mais palpitantes entre elas. Mas o problema surge quando tais termos se transformam em mecanismos explicativos *per se*, ou seja, quando o que deveria ser explicado passa a ser a explicação. Ora, conformar-se ao vaticínio de um cenário geral de "precarização", ignorando a pluralidade de fenômenos enquadrados nesse processo, equivale a suprimir as ambivalências que rasgam o tecido social, sem as quais a narrativa assume um sentido teleológico. Seu resultado? A demissão da política, da mediação exercida pela agência. O corolário não poderia ser outro: o material empírico passa a ser tratado como exemplo eloquente a legitimar concepções predefinidas; uma espécie de "caução probatória" do diagnóstico estabelecido ex-ante.

Considero ser esta uma armadilha metodológica. Para tratar das identidades que poderiam emergir nesse contexto, procurei resistir ao valor de face com o qual se apresentavam os fenômenos aqui analisados. Por em suspensão esse véu que encobre a realidade, significa não se deixar aprisionar por uma espécie de sociologia espontânea que, não raro, esteriliza o ofício próprio à pesquisa sociológica. Ou, para usar a expressão de Ortner (1995), implica na "recusa etnográfica".

Como se não bastasse, optei por observar o fenômeno para partir de uma região que, a despeito de estar integrada à cadeia produtiva do açúcar e do álcool, está distante dos maiores produtores, o estado de Sergipe, no Nordeste do Brasil. A dinâmica expansiva da lavoura canavieira fez emergir, nos últimos anos, uma retomada da produção canavieira com a abertura de novas unidades produtivas. A retomada da produção sucroalcooleira no estado coincide com o aquecimento do setor em nível nacional, que ocorreu em meados dos anos 2000. As usinas já existentes no estado ampliaram a sua produção e novas usinas/destilarias foram abertas. Isso movimentou, por sua vez, o mercado de trabalho do setor e Sergipe passou a requisitar e/ou fornecer mão-de-obra para o corte da cana em outros estados. Trata-se, por assim dizer, de tomar a "margem" como ponto de observação, numa representação gráfica da distribuição da lavoura canavieira no território brasileiro. O "olho do furacão" sendo, portanto, São Paulo.

Se, como nos faz crer Mauss (2005: 392), "um caso bem estudado tem a virtude de iluminar casos semelhantes", a singularidade do espaço de realização da pesquisa oferta uma oportunidade de repensar, agora a partir de um novo cenário, fenômenos já bastante conhecidos nas tradicionais regiões produtoras. Refiro-me aqui, por exemplo, aos fluxos migratórios em suas dinâmicas regionais, à conformação das relações de trabalho, ao processo de trabalho, à tessitura das relações de classe, entre outras questões. Particularmente, interessava-me saber como isso se manifesta na constituição das identidades que são mobilizadas pelos sujeitos dessa pesquisa. Mas disso não me ocuparei nesse texto, o que me proponho neste momento é recuperar a feitura do desenho metodológico e as estratégias empregadas em campo.

Para dar cor a esse debate, convém ainda informar ao leitor os pressupostos epistemológicos que fundamentam as escolhas que foram tomadas em razão do objeto investigado. A intenção de flagrar a percepção que os indivíduos têm a respeito das suas condições de vida e trabalho impõe, *prima facie*, uma recusa em imputar uma imagem sobre os mesmos lastreada no universo simbólico do pesquisador. Igualmente não me parece factível recorrer, meramente, ao relato do indivíduo e tentar interpretar ao sabor do seu discurso, desmerecendo por completo o contexto a partir do qual ele é produzido. Nesse entremeio, e uma vez que recorri a entrevistas biográficas como técnica de pesquisa, tem-se ainda o perigo de escorregar pelo que Bourdieu (1996) chamou de "ilusão biográfica", momento em que a vida é apresentada como uma cronologia coerente de fatos que se sucedem no tempo. Ao contrário, entendo que o real é, de fato, descontínuo. Esse princípio fundamentou a condução e análise das entrevistas.

Em termos metodológicos, essa abordagem é a mesma que sugere Ortner (1995) em artigo seminal. Ela argumenta que muitos entre os mais influentes estudos sobre resistência são drasticamente limitados pela falta de perspectiva etnográfica (*ethnographic refusal*). Assim, Ortner (1995) sugere que a inversão de perspectiva, observando os sistemas de baixo para cima (Ortner, 1995), tem como corolário priorizar não a dimensão da "dominação", da "exploração", da "espoliação", mas, ao contrário, mobilizar elementos que escapem das categorizações simplistas que menosprezam a perspectiva dos que, por vezes, estão nas franjas das tipologias clássicas. No mesmo sentido, Fonseca (2006: 2) acrescenta que o que se recusa é a "alegação de que não existe nada mais nativo que não seja explicado pela influência das forças dominantes (ou, se existe, certamente não é digno da atenção dos pesquisadores).

Por essa razão, sempre que necessário, não me furtei a refazer o método empregado face aos desafios impostos pelo campo. Do contrário, cairia na sutil armadilha de assumir que os fenômenos analisados possuem uma teleologia própria, cuja descoberta compete ao pesquisador. Por via de consequência, isso levaria à esterilização completa do que se pretendia trazer a lume nesta pesquisa, ou seja, o modo ativo pelo qual os indivíduos pensam e agem mediante suas condições de trabalho e vida. O que segue, portanto, não é puramente um receituário da metodologia empregada, ao modo da descrição sumária dos métodos e técnicas; trata-se, ao invés, da maneira pela qual pude equacionar os dois planos de análise: o teórico e o empírico.

A inserção no campo ocorreu em dois momentos. O primeiro, entre dezembro e fevereiro de 2011/2012, representou o contato inicial com as unidades produtivas instaladas em Sergipe, além de entidades de classe e órgãos do estado. Os atores aqui são, portanto, representações maiores, cuja cena de atuação opera em um plano ligeiramente distinto dos trabalhadores propriamente ditos. Não obstante, e em razão do caráter prematuro do desenvolvimento

sucroalcooleiro sergipano, parte importante da maturação das relações de trabalho passa pelo modo como tais atores estão constituídos e se relacionam. Esse primeiro elemento, tornou possível, em momento posterior, aplainar o diálogo com outras regiões produtoras. Ao dar peso às medidas, evitou-se, assim, tratar de contextos diferentes como sendo iguais.

Como usual, recorri primeiramente a uma apresentação formal, via carta e/ou e-mail, junto às usinas, sindicatos e Ministério Público do Trabalho. Apenas desse último obtive resposta. Nos outros casos, tive que improvisar um método de abordagem presencial e, a partir daí, agendar uma entrevista com algum representante. Para o caso das usinas, tive que recorrer até mesmo à minha rede pessoal de amizade. O receio em receber alguém que se apresentava como "pesquisador da universidade" encontrava uma justificativa pelo inusitado da situação. Ao contrário de regiões já com farta literatura sobre o setor canavieiro, onde a presença do pesquisador é bastante conhecida e este assume imagem de alguém que poderá trazer problemas para as usinas, em Sergipe, o estranhamento, de certo modo, até me favoreceu.

Para o caso das entidades de classe, fiz contato com a Associação dos Plantadores de Cana de Açúcar do Estado de Sergipe (Asplana-Se), com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe (Fetase) e com o Sindicato da Indústria do Açúcar e Álcool de Sergipe (Sindaçucar-SE). Apenas no último caso não obtive resposta nem consegui algum contato. O que resultou num total de dez entrevistas.

O segundo momento ocorreu entre os meses de dezembro e fevereiro de 2012/2013. A partir de informações obtidas anteriormente no tocante aos locais de residência dos trabalhadores, de possíveis informantes que me servissem de acesso aos mesmos, pude, nessa etapa, dar prosseguimento com as entrevistas em profundidade com os trabalhadores selecionados na composição da amostra.

A escolha dessas seis usinas não foi feita com o intuito de, pura e simplesmente, esgotar o universo empírico da região onde a pesquisa foi realizada. Inicialmente, achei que poderia controlar a composição da amostra de trabalhadores a serem entrevistados em razão dos seus locais de trabalho, através da elaboração de uma tipologia dos casos. Todavia, essa opção não se mostrou analiticamente fértil.

A explicação para isso está em uma peculiaridade do modo de organização das usinas de cana-de-açúcar. Elas possuem dois espaços distintos, a saber: o industrial e o rural. Malgrado o fato de estarem integrados, o campo fornecendo a matéria-prima que será processada na unidade industrial e transformada em seus produtos e sub-produtos, um olhar distraído poderia sugerir que os modos de organização e gestão da força de trabalho seriam equivalentes. Todavia, nos casos analisados, em concordância com a literatura que já salientava esse aspecto, existe um hiato entre o campo e a indústria. Não à toa, essa diferença começa na própria forma de nominar o local de trabalho. Assim, "trabalhar em usina" indica que se trabalha na parte industrial. Por outro lado, a referência a "trabalhador rural" indica que se trabalha no campo.[4]

Dessa forma, variáveis tais como localidade, dimensão e tempo de funcionamento das unidades produtivas são de todo pertinente para uma análise voltada para a parte industrial; lá elas são, de fato, constitutivas das diferenças que interferem no modo como se erigem as identidades ocupacionais. A parte "industrial" das usinas é o espaço por excelência das "profissões". Por seu turno, o universo laboral das atividades que ocorrem no campo está organizado de outro modo. No campo, a gestão do trabalho, o modo como o mesmo se organiza e a composição da mão-de-obra não constituem elementos diferenciadores marcantes. Ao menos não na área investigada. Elenquei, desse modo, dois elementos que surgiram na pesquisa de campo e que passaram a estruturar a seleção dos casos:

- Variante 1: trajetórias ocupacionais e roteiros migratórios. Nessa dimensão, há que se considerar o modo como circula a mão de obra e suas estratégias de escolha. Como a gestão do trabalho no campo apresenta pequena variação, importa saber qual a margem de ação

[4] Há que se explorar o léxico geral sobre o qual se expressam cargos, funções, doenças laborais, e o universo simbólico que estrutura a linguagem nesse ambiente de trabalho, esse caminho desvelou importantes aspectos das imagens associadas ao trabalho que, por outra via, dificilmente seriam notadas.

disponível para cada trabalhador e o modo como ele opera. Em razão disso é que se edificam diferentes representações identitárias.

• Variante 2: alternativas de organização da vida extra-trabalho. Uma vez possível a convergência das alternativas de organização da vida extra-trabalho, resta-nos saber quais os elementos são levados em consideração de modo a influir nas trajetórias ocupacionais. Em outras palavras, como os locais de moradia orientam escolhas.

Assim organizado, ordenei os diferentes casos explorando as variáveis que realmente importam para justificar os espaços selecionados para a realização das entrevistas. Mas isso não esgota o arco de considerações que norteou a pesquisa de campo e que requer um tratamento mais detalhado sobre alguns dos seus pressupostos. Vejamos.

Entre a muda de cana-de-açúcar plantada e cultivada no campo e o seu posterior processamento industrial, tem-se um encadeamento de atividades laborais que requer, de um observador estranho a essa realidade, redobrada atenção para não se perder na miríade de relações existentes. Igualmente, do cortador de cana ao engenheiro agrônomo existe um hiato imenso que, se desprezado, pode induzir interpretações que se afastam da realidade. Para tanto, recupero uma diferenciação anteriormente apontada entre o universo fabril da usina e o universo rural do cultivo da cana. A nossa atenção estará voltada para esse último espaço, o rural.

Para bem entender a forma como se erigem as identidades laborais no contexto do trabalho sazonal tornou-se imperioso fazer um escrutínio das diferentes ocupações que existem no campo e que podem mudar por consequência do grau de mecanização. Algumas atividades ocorrem ao longo do ano, muitas vezes em períodos concomitantes, requerendo mão-de-obra em volume diferenciado. Como já salientado pela literatura (Silva, 1999), há também uma taxonomia nativa para os que trabalham nessas atividades; temos assim a "turma do fogo", o "catador" (bituca), "limpa", "veneno", "irrigação", "atrelador de carreta", "tratorista", "motorista", entre outros. Alguns trabalhadores circulam entre essas diferentes atividades, ao que pude constatar. Entre os cortadores de cana é possível elencar alguns fatores que explicam essa circulação interna no contexto pesquisado:

• Escolha/opção: acontece quando o trabalhador solicita a mudança de ocupação. Isso pode ocorrer por vários motivos, desde a alegação de cansaço, interesse em continuar na entressafra em atividade diferente do corte, maior estabilidade (uma vez que algumas delas acontecem ao longo do ano). Nessa dimensão, cada trajetória ocupacional apresenta características peculiares que serão tematizadas com a análise das entrevistas;

• Imposição: Pode ocorrer quando o cortador está abaixo do rendimento esperado. Aqui, a idade e o gênero são critérios de seleção. Trabalhadores mais velhos ou que produzem menos costumam estar na "cata", atrelando carreta, no plantio, na queima, apenas para citar alguns exemplos. Decerto que alguns casos surgem como punição.

• Ascensão ocupacional: a seletividade neste ponto não é pequena. Para os cortadores, a baixa escolaridade já é um fator que limita a ascensão. Muitos, como veremos, veem a possibilidade de sair do corte como uma alternativa ocupacional. Chegar a "cabo de turma" ou "fiscal" também já representa um grau maior de dificuldade. Em Sergipe, algumas usinas ainda mantêm casas, como na imagem 1, abaixo. Resquícios de antigas senzalas, ou construídas em tempos mais recentes, elas são destinadas a trabalhadores cujo vínculo não é intermitente. Não havia cortadores de cana nas casas que pude visitar. Pude constatar também que muitos são descendentes dos antigos moradores da usina, da época em que o "regime de morada"[5] estava em vigor.

[5] O chamado "regime de morada" tipifica um modo de relação de trabalho muito comum no período que antecedeu o aparecimento dos direitos trabalhistas no campo, no Brasil. Era comum, particularmente no Nordeste, que os trabalhadores residentes nos engenhos (*os moradores)* residissem em um pequeno terreno cedido pelo proprietário da fazenda. A *morada* estabelecia uma série de compromissos entre os trabalhadores e seus patrões, tais como ceder uma parte dos produtos da sua pequena lavoura ao proprietário. Ver: Sigaud (1979).

Imagem 1: Casas de trabalhadores em terras da usina.

Fonte: acervo do autor.

A gestão da mão-de-obra no campo é por demais diferente com relação à parte industrial das usinas. Como havia dito anteriormente, o modo como se organiza o trabalho no campo é quase homogêneo. Não importando o tamanho da usina, o tempo em atividade ou volume de mão-de-obra empregada. Esses seriam bons critérios para a seleção na parte industrial.[6] Além da peculiaridade de ser uma atividade exercida em ambiente rural, o que acarreta consequências para a ordem jurídica que as regulamenta.[7] Por fim, as unidades produtivas em Sergipe possuem baixo nível de mecanização e automação.

Ressalto, contudo, que ao afirmar que a gestão do trabalho no campo apresenta baixa diferenciação entre as usinas, não pretendo dizer com isso que não existem hierarquias e diferenças entre as diferentes ocupações. Um indicativo da existência de clivagens pode ser percebido quando, entre os cortadores de cana, a menção ao trabalho com herbicida é recebida de modo negativo, sempre rejeitado por esses trabalhadores. As ocupações do campo reservam para si algumas diferenciações, de modo que tratoristas, fiscais de campo, cabos de turma, entre outros, não se veem como iguais.

Se o ambiente de trabalho apresenta pouca variação na comparação com as outras usinas – aspecto que ficou claro nos critérios elencados pelos cortadores de cana ao selecionar os lugares em que vão trabalhar – outra questão vem reforçar o ajuste metodológico sugerido: a origem social dos cortadores de cana e a similitude dos locais de residência. Para o caso do Nordeste, farta literatura (Sigaud, 1979; Garcia Jr, 1989; Palmeira, 2009) já assinalou que muitos desses trabalhadores possuem ascendentes que residiram nos antigos engenhos. Uma vez extinto o "regime de morada", a maioria passou a residir em povoados próximos aos engenhos e usinas, ou nas periferias das cidades. Não é difícil imaginar que as alternativas para garantir os meios de sobrevivência disponíveis para essa população foram drasticamente reduzidas. Quando se pergunta sobre a ocupação dos pais, a grande maioria já cortava cana ou trabalhava em roçado.

Por seu turno, observei uma situação pouco conhecida anteriormente, qual seja, o elevado grau de circulação dos cortadores entre as usinas e os fluxos migratórios. Quanto ao primeiro aspecto, o da circulação entre as usinas existentes, pareceu ser melhor critério para a seleção dos

[6] Aqui, pude constatar diferenças significativas. Em um dos casos existia, inclusive, PLR (Participação nos Lucros e Resultados).

[7] O enquadramento jurídico da atividade-fim das usinas e a relação que isso possui com o modo como se configuram as relações de trabalho também foi analisado e revelou ser um aspecto primordial e pouquíssimo explorado pela literatura que trata do tema.

casos o grau em que variava essa circulação e não a seleção em razão dos locais de trabalho. Assim, a amostra foi composta com os seguintes perfis:

- Em razão da rotatividade entre as diferentes usinas: indivíduos que trabalharam em apenas uma ou mais de uma usina existente no estado;
- Migrantes de outros estados: os que vivem em alojamentos (majoritariamente alagoanos e baianos);
- Sergipanos que possuíam a experiência da migração: via de regra, São Paulo é o destino.

Também fiz variar os locais de residência. A isso devo a descoberta de circuitos migratórios diversos, nem sempre coincidentes ou de padrão único. Se o destino dos cortadores sergipanos, entre os entrevistados, é São Paulo, os circuitos não são os mesmos. Isso também é válido para os circuitos migratórios de baianos e alagoanos que se deslocam para as usinas sergipanas. Através desses últimos, cheguei a outros circuitos migratórios para o Sudeste.

A ausência de mulheres no corte da cana em Sergipe, ao que pude constatar, sugere que elas são aproveitadas em outras fases do processo produtivo. Em geral estão no plantio e nos "tratos culturais".[8] As razões que justificam essa distribuição serão exploradas mais à frente. Portanto, a seleção dos casos deu-se prioritariamente entre trabalhadores que estão no corte da cana.

Informar sobre como se deu o acesso aos trabalhadores e o modo como as entrevistas foram conduzidas também iluminam os resultados alcançados e dá conhecimento das escolhas realizadas pelo pesquisador. Ao invés do recorte de passagens das entrevistas, muito comuns em estudos com abordagem qualitativa, sugere-se que sejam apresentadas a abordagem, as apreciações do pesquisador registradas em caderno de campo, as perguntas, as reticências e os silêncios do entrevistado, todos elementos muito caros à compreensão das narrativas. Se na modelagem quantitativa é forçoso dar conhecimento da escolha das variáveis, da amostra probabilística, das estratégias de coleta, entre outros aspectos, sob pena de invalidar os resultados de antemão; também assim parece saudável nas abordagens qualitativas. Curiosamente, nestas, a imprecisão dos métodos não leva, necessariamente, ao questionamento dos resultados auferidos, sendo mais comum a discussão das conclusões. Ao contrário, num *survey,* por exemplo, não se trata dos resultados sem antes evidenciar a pertinência dos procedimentos metodológicos.

Assim sendo, desde o início da condução dos trabalhos estava claro que, por maior que fosse a minha familiaridade com o universo do trabalho nos canaviais, eu continuaria sendo um "estrangeiro" naquele contexto. Em termos sociológicos, eu não compartilhava o ambiente de socialização e os códigos sociais dos meus informantes. Por certo, essa constatação é quase um truísmo em pesquisas sociais com abordagem qualitativa; todavia, o modo como esse aparente problema é equacionado muito informa sobre os resultados almejados. Dessa forma, ao invés de desprezar (pela via do formalismo) ou tentar minorar (pela via, por exemplo, da pesquisa participante) aquela "diferença", tomei-a como pressuposto. Essa opção metodológica tem como lastro a ideia de que a entrevista é um encontro social no qual o conhecimento é construído. Como sugerem Holstein e Gubrium (2002), as entrevistas não são apenas um meio neutro ou um tipo de distorção, mas sim um local, uma ocasião para produzir um conhecimento reportável por si mesmo. Nesta perspectiva, os respondentes não são apenas repositórios de conhecimento esperando aquele que vai "extrair" a informação que necessita; eles são antes construtores do conhecimento em colaboração com os entrevistadores. Como correlato, tem-se que,

Em vez de refinar a longa lista de restrições metodológicas sob as quais as entrevistas "padronizadas" devem ser conduzidas, sugerimos que os pesquisadores tenham uma perspectiva mais "ativa", comecem a reconhecer, e tirar proveito, das contribuições de entrevistadores e respondentes na produção dos dados de entrevistas (Holstein e Gubrium, 2002: 113. Tradução feita pelo autor).

[8] Refere-se às etapas do cultivo da cana e as atividades dela decorrentes.

Em outras palavras, entender "como" o processo de "construção de significado" (*meaning-making*) se desenrola na entrevista é tão crítico quanto apreender "o quê" está sendo substantivamente perguntado. Por certo, o elemento investigado em minha pesquisa – o modo como se erigem identidades – torna esse aspecto ainda mais imperioso. Uma vez que não se deixa flagrar à primeira vista, a constituição de identidades envolve uma trama complexa de significados atribuídos às ações, as formas de representação social entre outros aspectos. Nesse processo, os sujeitos não são passivos. Visto como ativo, o sujeito atrás do respondente não apenas detém os fatos e experiências, mas no variado processo de ofertar a resposta, ele construtivamente acrescenta, retira e transforma os fatos e detalhes. Portanto, como afirma Poupart (2008: 244), "em lugar de eliminar os efeitos do contexto, empenha-se doravante, em evidenciar e compreender a maneira como o contexto impregna os discursos e os diversos componentes capazes de atuar em sua construção social". Isso informa sobre o modo a partir do qual as entrevistas foram conduzidas e interpretadas, bem como sobre o estatuto do entrevistado na pesquisa.

Com isso em mente, voltemos mais uma vez para a questão do acesso aos trabalhadores. Inicialmente, mantive contato com representantes sindicais com o propósito de que pudessem não apenas indicar trabalhadores para serem entrevistados, como também obter informações sobre os locais de moradia dessas pessoas. A partir do consentimento desses primeiros informantes – sempre dispostos a colaborar com pesquisas sobre a sua área de atuação – e cônscio de que provavelmente as indicações sugeridas seriam a de indivíduos, digamos, "mais alinhados" com os sindicatos, procurei, aos poucos, afastar-me desses primeiros contatos. Assim, segui solicitando indicações dos próprios trabalhadores a partir dos critérios de escolha previamente discutidos. Em outras ocasiões, especialmente para o caso dos trabalhadores que estavam nos alojamentos, fiz abordagens diretas, sem intermediação prévia para evitar a possível desconfiança caso eu me apresentasse através do contato com os sindicatos ou das empresas.

No total foram trinta entrevistas com os trabalhadores, das quais dezoito foram gravadas e transcritas.[9] As conversas ocorreram prioritariamente fora dos locais de trabalho, em suas residências, não apenas em razão da impossibilidade de realizá-las na ocasião em que trabalhavam, mas sobretudo pelo desconforto sempre manifesto no momento em que eram abordados no trabalho. Em sua maioria, as conversas aconteceram em particular. Somente em algumas ocasiões, mais das vezes informais, mantive conversas com grupos de trabalhadores.[10] Por seu turno, o roteiro de entrevista comportou sempre alguma flexibilidade na sua aplicação, ou seja, durante a conversa com os meus informantes procurei respeitar o tempo da narrativa dele, e não a do roteiro. Isso implica dizer que, quando convinha, a ordem das perguntas era completamente invertida em razão do relato, evitando, com isso, impor uma narrativa hermeticamente estruturada e fechada.[11] Como sugere Weber (2009), mais do que interrogar, cabe ao pesquisador escutar e observar com o intuito de preservar as iniciativas de classificação nativa e o domínio sobre suas palavras

Por fim, o modo como incorporei a noção de identidades não se nutre apenas da narrativa de vida contida nas entrevistas. Cumpre ressaltar a dimensão do indizível, dos momentos de pausa, dos códigos simbólicos contidos no léxico geral das narrativas. Não esquecendo a

[9] As outras doze entrevistas, que não foram selecionadas, serviram como exercício de aproximação e validação dos critérios elencados para a composição da amostra, bem como foram utilizadas para testar o ponto de saturação dos casos selecionados.

[10] Também não é tarefa simples esse "recrutamento" para participar de uma pesquisa em que desconhecem os motivos. Particularmente no caso dos trabalhadores em alojamentos. Alguns se recusavam a participar, outros pediam para conversar afastado dos demais. De um modo ou de outro, procurei evitar o excesso de formalismo na abordagem e nas conversas. Não é fácil para alguém, cortador de cana ou não, falar sobre sua vida para um "estranho" e sem saber, no limite, a finalidade. De certo modo eu precisava ganhar a confiança dos indivíduos sem, contudo, fazer com que as respostas surgissem "formatadas" para aquele momento. Mas uma vez enfatizo, o entrevistado é um sujeito ativo nesse processo.

[11] Em algumas entrevistas, após os primeiros momentos da nossa conversa, alguns indivíduos avançavam em assuntos para além do que havia sido perguntado. Como precaução, eu poderia interromper naquele momento a conversa em razão da ordem das perguntas. Fiz justamente o contrário. Inverti a ordem das perguntas sempre respeitando a narrativa do entrevistado e o momento em que determinados assuntos iam aparecendo no seu discurso.

importância dos espaços de socialização fora da usina, na família, nos momentos de lazer, nos sindicatos, que certamente fornecem pistas interessantes sobre o modo como se erigem as identidades.

A redução do foco, feita para flagrar os elementos que compõem representações identitárias e, nelas, trazer a lume o caráter reflexivo da ação humana se sustenta, como venho argumentando, na peculiaridade do fenômeno. Do contrário, se optássemos por organizar os dados em categorias que permitissem a sua agregação máxima, ainda que válido do ponto de vista metodológico, dificilmente captaríamos as experiências constituídas na relação com o tipo de trajetória ocupacional analisada na pesquisa. Encontrei aportes teóricos para sustentar essa abordagem entre os trabalhos pioneiros que alicerçaram o que viria a se chamar "Escola de Birmingham", a quem se atribui, na História, papel decisivo nessa virada epistemológica. Refiro-me, aqui, aos já clássicos estudos de Richard Hoggart (2008), *The Uses Of Literacy*, e de E.P Thompson (1987), *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Os avanços produzidos a partir dessas abordagens revigoraram a importância da análise das práticas sociais para a compreensão dos processos sociais. Os reflexos não tardaram a serem sentidos nas pesquisas mais voltadas para a cultura operária e a classe trabalhadora. Assim, no amplo e variado mercado das ideias, tais análises forneceram elementos preciosos à compreensão das tensões que envolvem a composição interna de grupos sociais e a ação coletiva. A História Social do Trabalho produzida a partir dessa perspectiva esteve atenta à urdidura dos fenômenos sociais, retirando o peso das análises "estruturais" e/ou "deterministas".

Em termos sociológicos, sublinhar a importância da agência significa considerar que as práticas sociais são antes o reflexo sempre instável e contingente da maneira como os indivíduos as percebem. No plano da teoria social há muita literatura que caminha nessa direção. São decisivos a esse respeito os trabalhos de autores (e herdeiros) da Escola de Chicago, tais como Goffman (2006), Strauss (1999), Kaufmann (2004), ou, ainda mais recentemente, com a chamada Teoria Realista, como nos trabalhos de Archer (2000, 2003, 2012).

Malgrado o fato de existirem divergências entre esses autores, tais abordagens fornecem elementos que nos permitem oxigenar os estudos sobre o trabalho, diferenciando-os daqueles que ficam retidos no léxico da "precarização", "degradação", sem se questionar a respeito do modo com os próprios indivíduos percebem as situações em que vivem a partir das referências simbólicas do quadro social no qual estão inseridos. Isso implica dizer também que o terreno sobre o qual transcorrem os processos sociais é marcado por fissuras que representam o caráter contingente da ação humana. Por essa razão, procurei me afastar de uma narrativa que se nutre de uma teleologia própria, onde o material empírico é tomado como mero exemplo, ou melhor, como caução probatória de uma tese que se quer indisputada e, por isso mesmo, livre da necessidade de se ver confirmar.

Para sustentar a abordagem, encontrei pistas analíticas instigantes nos estudos pioneiros sobre o trabalho nos canaviais no Brasil, a exemplo de Sigaud (1979), Lopes (1978), Silva (1999) e Menezes (2002). São análises que assumem a precaução metodológica de pôr em suspensão qualquer evidência imediata da realidade que induza a uma conclusão prévia, qualquer que seja ela. Com esse movimento, demonstraram as diferentes facetas que pode assumir a precariedade das condições de vida desses trabalhadores; mas, e sobretudo, foram sensíveis para descortinar também a pluralidade de significados contidos nas mais diversas ações de resistência, de resignação que, de outro modo, ficariam sufocadas na imagem passiva que geralmente se tem dessas populações.

No entanto, são poucos os estudos que tratam do tema das identidades nesse contexto. Curiosamente. Porque, considerando a diversidade taxonômica nos modos de se referir àqueles que exercem as atividades de trabalho no espaço rural, é válido supor que exista um campo de disputas na própria maneira de nominar as frações desse universo. A terminologia usualmente citada faz referência a: "camponês", "trabalhador rural", "migrante-trabalhador", "trabalhador-migrante", "bóia-fria", "assalariado", "proletário rural", entre outros tantos. Quando tais formas de nominar são putativas, elas imprimem uma identidade postiça. O próprio sujeito representado não se reconhece como tal. Nessa dimensão, presa a uma categoria política, o conteúdo das relações sociais cotidianas, que daria vida a tais identidades, passa a ser visto como secundário para

validar essas formas de representação social. Isso não implica dizer, contudo, que tal terminologia não possa servir a fins analíticos.

No afã de perscrutar os diferentes significados simbólicos em jogo, não bastava se ater às estruturas de dominação, mas recuperar o papel dos "dominados" Assim, a face precária do trabalho no corte de cana é reconhecida pelos próprios indivíduos e, ao mesmo tempo, negada. Essa negação esconde o modo como os indivíduos equacionam os seus interesses por razões múltiplas.

Por essa mesma via, a aquiescência e/ou rebeldia frente ao contexto tem como métrica um conjunto de elementos do universo social dos próprios trabalhadores. Mas, advirto, não se deve tomar um comportamento normalmente aceito como uma tradução inequívoca de um conjunto qualquer de normas. Isso nos remete ao que já havia sugerido Lahire (2001) ao levantar a hipótese de que o ator social singular, e a realidade encarnada, é menos uniforme do que qualquer suposição de homogeneidade. O que levaria a uma busca frustrada por "verdadeiros operários", "verdadeiros quadros", sendo a ausência deles um problema metodológico. Não se quer, com isso, invalidar o recurso a construções ideal-típicas, mas ceder espaço para os aspectos contingentes, para o que, por outros pressupostos metodológicos, caracterizaria um desvio à regra.

3. Horizontes possíveis

Parece próprio às Ciências Sociais a afirmação de Saussure quando diz que a perspectiva cria o objeto. Sim, a maneira de observar influencia o contorno do que se quer ver. Mas parece salutar o exercício de sensibilidade do pesquisador que, no uso das diferentes metodologias, calibra as ferramentas empregadas como um ajuste de lente. Não se trata, pois, de inflar credos epistemológicos que informam as diferentes teorias, qualquer que sejam eles. Buscar os microfundamentos em que se sustentam as estruturas de "dominação" e "exploração" que compõem o traço de precariedade do contexto pesquisado representou, por um lado, um esforço para oxigenar um debate cuja narrativa, por vezes, parece presa a um enredo em que já se conhece a trama e que produz, quando muito, uma sociologia da "denúncia". Como já advertira Paes (2003), quando o quadro teórico de partida é rígido e impermeável a realidade dos fatos, ele acaba por captar apenas o que nele se pode encaixar.

Parece de bom alvitre em problematizações sociológicas estar atento à rebeldia dos fatos ante a teoria. Aqui, um pequeno exemplo extraído da pesquisa ilustra esse aspecto. Parte do salário dos cortadores advém do chamado "pagamento por produção", seriam eles, assim, compulsoriamente "capturados", nos recônditos mais íntimos da sua subjetividade, para aderir ao aumento da produtividade, uma vez que dela também provém maior renda. De fato, num contexto onde os proventos são baixos e em presença da precariedade das condições de sobrevivência nos lugares em que vivem, surte efeito a chamativa impulsionando uma elevação das médias de corte por trabalhador. Contudo, disso não decorre uma adesão automática, irrefletida. A adesão é calibrada em razão, por exemplo, de objetivos tais como adquirir uma casa, selar um casamento, mas, junta-se a isso o risco à saúde da intensidade dela decorrente. Que ele leva em consideração. Ademais, entre os casos que pesquisei, não é bem-vinda a imagem daquele que apenas quer ganhar mais dinheiro, assentindo a qualquer custo ao aumento da sua produção individual. Nota-se que há uma tensão entre as considerações sobre o "facão de ouro" (termo nativo para o que mais produz) e o efeito da imagem produzida nos coletivos de trabalho. Sendo temeroso, por assim dizer, falar em simples "captura da subjetividade".

A existência de regularidades nos casos observados, que nos permitem associações em categorias maiores – "camponeses", "operários", "dominados" –, não tem como corolário tecer afirmações sobre indivíduos enquanto unidades de análise baseadas no exame de grupo e outros agregados. É o risco iminente de objetivar o sujeito do discurso.

4. Referências Bibliográficas

ALEXANDER, J. (1982) *Theoretical Logic in Sociology. Vol. 1 Positivism, Presuppositions and current controversies*. Berkley: University California Press.

ALVES, F. (2008) Processo de Trabalho e Danos à Saúde dos Cortadores de Cana. São Paulo: INTERFACEHS – *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*. v.3, n.2, artigo 2, abr./ agosto.

ARCHER, M. (2000) *Being Human*: the problem of Agency. Cambridge: Cambridge University Press.

_____ (2003) *Structure, Agency and the Internal Conversation*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____ (2012) *The Reflexive Imperative in the Late Modernity*. New York: Cambridge University Press.

BOURDIEU, P. (1996) "A ilusão biográfica" in: Ferreira, M., Amado, J. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV.

DAWE, A. (1970) The Two Sociologies in: *The Britsh Journal Of Sociology*, v. 1, n. 2, The London School Of Economics And Political Science, London, pp. 207-18.

FONSECA, C. (2006) Classe e a Recusa Etnográfica in: Fonseca, C. e Brites, J. (orgs.). *Etnografias da participação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

GARCIA Jr. A. (1989) *O Sul: Caminho do Roçado*. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq.

GIDDENS, A. (1979) *Central Problems in Social Theory*: action, structure and contradiction in social analysis. Berkeley: University of California Press.

_____ (1999) "Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção da cultura" in: Giddens, A. e Turner, J. (Orgs.). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: editora Unesp.

GOFFMAN, E. (2006) *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. São Paulo: Vozes.

GRIBAUDI, M. (1998) "Escala, Pertinência, Configuração" in: Revel, J. *Jogos de Escalas*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV.

HOGGART, R. 2008) *The Uses of Literacy*. New Brunswick: Transation Publishers.

HOLSTEIN, J. and GUBRIUM, J. (2002) "Active Interviewing" in: Weinberg, D. (org.). *Qualitative Research Methods*. Massachusetts: Blackwell Publishers.

KAUFMANN, J.-C. (2004) *A Invenção de Si*: uma teoria da identidade. Lisboa: Armand Colin.

LAHIRE, B. (2001) *O Homem Plural*. As molas da acção. Lisboa: Instituto Piaget.

LEVI, G. (1991) "On Microhistory" in: Burke, P. *New perspectives on historical writing.* pp.93-113, Cambridge: Polity Press.

LEVI-STRAUSS, C. (1974) *Structural Anthropology.* New York: Basic Books.

LEFEBVRE, H. (2008) *Critique of Everyday Life, Vol. 2: Foundations for a Sociology of the Everyday*. New York: Verso.

LOPES, J. S. L. (1978) *O Vapor do Diabo*. São Paulo: Paz e Terra.

MARCUSE, H. and KELLNER, D. (1991) *One-Dimensional Man*: Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society. Boston: Beacon Press.

MAUSS, M. (2005) *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.

MENEZES, M. A. (2002) *Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes*: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUFPB.

MÉSZÁROS, I. (2000) *Beyond Capital*: *Toward a Theory of Transition*. New York: Monthly Review Press.

MILLS, C. W. (1980) *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

NOVAES, J. R. (2007) "Idas e Vindas, Disparidades e Conexões Regionais: um estudo sobre o trabalho temporário de nordestinos na safra da cana paulista" in: Novaes, j. R. E Alves, F. (Orgs.). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: EDUFSCAR.

ORTNER, S. (1995) "Resistance and the problem of ethnographic refusal. Comparative Studies" in: *Society and History*. 37(1). pp. 173-193.

PAES, J. M. (2003) *Vida Cotidiana*: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez.

PALMEIRA, M. (2009) "Casa e Trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional" in: Welch, Clifford A. et al. (orgs.). *Camponeses Brasileiros*: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

POUPART, J. *et al*. (2008) *A Pesquisa Qualitativa*: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis-Rj: Vozes.

SIGAUD, L. (1979) *Os Clandestinos e os Direitos*: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades.

SILVA, M. A. de M. (1999) *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.

STRAUSS, A. (1999) *Espelhos e Máscaras*: a busca de identidade. São Paulo: Edusp, 1999.

THOMPSON, E. P. (1987) *A Formação da Classe Operária*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____ (1998) *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras.

WEBER, F. (2009) "A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo?" in: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 157-170, jul./dez.

Autor

Jaime Santos Junior

Universidade Federal do ABC, Brasil.

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo/Brasil. Pesquisador Colaborador no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC (UFABC).

E-mail: jaimesjr.22@gmail.com

Citado.

SANTOS JUNIOR, Jaime (2020). "Escalas, unidades de análise e a prerrogativa do objeto". *Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social - ReLMIS*. Nº19. Año 10. Abril - Septiembre 2020. Argentina. Estudios Sociológicos Editora. ISSN 1853-6190. Pp. 25-39. Disponible en: http://www.relmis.com.ar/ojs/index.php/relmis/article/view/198

Plazos.

Recibido: 06/03/2017. Aceptado: 26/10/2017.